



ACÓRDÃO Nº 521/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11550/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Hamilton Nobre Casara, Sr. Sérgio Rocha Muniz – Presidente da ADAF e Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva – Ordenadora de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6765/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.251/256).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF. Exercício de 2015.

Revelia. Irregularidade. Regularidade com Ressalvas. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Sérgio Rocha Muniz e a Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva**, na forma do art. 20, § 4º, Lei nº 2423/1996, por não terem apresentado documento e/ou justificativa no prazo estabelecido por este Tribunal de Contas, alusivo às restrições apontadas nas Notificações nº 061/2016 e n.º 062/2016, da DICA/AM (às fls. 139/152 e às fls. 125/138);
- 10.2. **Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF**, referente ao período de 01.01.2015 a 27.11.2015, de responsabilidade do **Sr. Sérgio Rocha Muniz** (Diretor-Presidente da ADAF, à época) e da **Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva** (Ordenadora de Despesas, à época), nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº



ACÓRDÃO Nº 521/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

04/2002 (Regimento Interno TCE/AM);

10.3. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas ADAF, referente ao período de 28.11.2015 a 31.12.2015, de responsabilidade do **Sr. Hamilton Nobre Casara**, Diretor-Presidente da ADAF, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Sérgio Rocha Muniz e a Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva, solidariamente, no valor de R\$ 216.434,29 (duzentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos), na forma do art. 305 da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno TCE/AM), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, em função das seguintes restrições contábeis:

10.4.1. pagamentos contabilizados sem correspondência bancária, no valor de R\$ 210.008,06, conforme Item 13, subitem 13.1, da Notificação nº 61/2016-DICAI-AM;

10.4.2. depósitos contabilizados sem correspondência bancária, no valor de R\$ 2.096,90, conforme Item 13, subitem 13.2, da Notificação nº 61/2016-DICAI-AM;

10.4.3. saques em conta-corrente não contabilizados, no valor de R\$ 2.976,90, conforme Item 13, subitem 13.3, da Notificação nº 61/2016-DICAI-AM;

10.4.4. depósitos em conta-corrente não contabilizados, no valor de R\$ 1.352,43, conforme Item 13, subitem 13.4, da Notificação nº 61/2016-DICAI-AM;

10.4.5. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Sérgio Rocha Muniz e à Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e



ACÓRDÃO Nº 521/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com base no art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referentes às impropriedades correspondentes aos itens 1; 2; 3; 4; 5; 6/subitens: 6.1/letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”: 6.2/letras “a”, “b”: 6.3/letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”: 6.4/letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”: 6.5/letras “a”, “b”, “c”, “d”; Item 7: Subitens 8.1/letras “a”, “b”, “c”: 8.2/letras a: 8.3/letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”: letras (item 7) “a”, “b”: Letras “a”; Item 8; Item 9/letras “a”, “b”; Item 10/letra “a”; Item 11; Item 12; Item 14, constantes nas Notificações n.º 61/2016 e 62/2016, da DICAD/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Sérgio Rocha Muniz e à Sra. Núbia Maria Gonzaga da Silva, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil cento e noventa e dois reais e seis centavos), com base no art. 1º, XXVI, 52 e 54, IV, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.7. Recomendar à Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, que nos próximos exercícios atente para o cumprimento da legislação pertinente, notadamente a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos), a Lei n.º 4.320/1964 (Normas de Direito Financeiro) e a Constituição Federal.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.



ACÓRDÃO Nº 521/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral